

EDUCAÇÃO BÁSICA: CONJUNTURA ATUAL, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Dr. Elton Luiz Nardi  0000-0001-7706-3585
Universidade do Oeste de Santa Catarina

RESUMO: O artigo tem por objetivo refletir sobre desafios e possibilidades para a educação, diante da realidade político-econômica e social do país. Nessa direção, considerando a natureza capitalista da produção e as decorrentes crises da economia mundial, enfoca, inicialmente, a ascensão da política autoritária no país, sob a ideologia da nova direita, e a moldura conferida à política social e à educacional na atualidade. Na sequência, a fim de abordar a conjuntura da educação, desde o âmbito nacional e da atuação do governo federal na educação básica, ocupa-se do apontamento e análise acerca do atendimento educacional nesse nível de ensino, concentrando-se, para tanto, em metas e dados do monitoramento do atual Plano Nacional de Educação e em dados relativos ao financiamento público, pelo governo federal, nos últimos anos. Conclui assinalando serem muitas as urgências quando se trata de salvaguardar e fortalecer a educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social, tendo no horizonte os princípios constitucionais do direito à educação de qualidade, o que não se separa da necessidade de combate à desigualdade social no país.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; Conjuntura atual; Desafios e possibilidades.

BASIC EDUCATION: CURRENT SITUATION, CHALLENGES, AND POSSIBILITIES

RESUMO: The article aims to reflect on the challenges and possibilities for education, given the political-economic and social reality of the country. In this direction, considering the capitalist nature of production and the resulting crises in the world economy, it focuses, initially, on the rise of authoritarian politics in the country, under the ideology of the new right, and the frame given to social and educational policies today. In the aftermath, in order to approach the situation of education, from the national sphere and the performance of the federal government in basic education, it deals with the pointing and analysis about the educational attendance in this level of teaching, concentrating, to this end, in goals and data of the monitoring of the current National Education Plan and in data related to the public financing, by the federal government, in the last years. It concludes by pointing out that there are many urgencies when it comes to safeguarding and strengthening public, free, secular, democratic, inclusive, and social quality education, having ahead the constitutional principles of the right to quality education, which is not separated from the need to combat social inequality in the country.

KEYWORDS: Basic education; Current situation; Challenges and possibilities.



1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre possibilidades e desafios para a educação, diante da realidade político-econômica e social do país. Para tanto, assinalando a natureza capitalista da produção e as decorrentes crises da economia mundial, iniciamos com a apresentação de algumas notas sobre o contexto econômico-político que sustentou a ascensão da política autoritária no país, sob a ideologia da nova direita, emoldurando a política social e, no interior dela, a política educacional na atualidade.

Com esse primeiro bloco, abrimos caminho para um segundo, sobre a conjuntura da educação, lida desde o âmbito nacional e da atuação do governo federal. Consoante os nossos enfoques de pesquisa em política e gestão educacional, as atenções se voltam mais especificamente à educação básica brasileira.

A fim de tensionar a relação entre desafios reais e a construção de respostas a eles, são apontados e analisados dados acerca do atendimento educacional nesse nível de ensino, considerando metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE) e dados relativos ao seu monitoramento, assim como do financiamento pelo governo federal, nesse caso, tendo por referência dados do Orçamento Geral da União e da execução financeira ocorrida nos últimos anos, em nível federal.

Por fim, como ponto de chegada, são feitos alguns apontamentos e tecidas algumas reflexões sobre possibilidades e desafios futuros da educação básica brasileira, no plano da política educacional, destacada a centralidade da consciência crítica como parte do processo de enfrentamento aos desafios postos.



2 CONTEXTO ECONÔMICO-POLÍTICO E POLÍTICA EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

Uma primeira nota para o debate sobre a conjuntura atual da educação no país requer, a nosso ver, assinalar alguns aspectos do contexto econômico-político recente, no seio do qual se armam circunstâncias e são postas em marcha condições para os acontecimentos que têm tomado a cena no campo social, moldando a transfiguração da política social entre nós, portanto, também a política educacional.

Então, vejamos: no curso das transformações do capitalismo, as composições regressivas a que temos sido submetidos nos últimos tempos – com maior ou menor resistência e luta – estampam que a natureza capitalista da produção e as decorrentes crises da economia mundial vêm impondo, progressivamente, limites cada vez mais apertados à atuação paliativa do Estado capitalista. Até mesmo quando algumas iniciativas mais audaciosas de políticas no país enveredaram para certa mudança de rumo desse caráter mais paliativo, os efeitos regressivos sobre elas se fizeram sentir, sobretudo pela ausência de meios asseguradores das condições para tal, de que é exemplo o sistema fiscal e sua lógica persistentemente regressiva. Daí que, conforme assinala Pierre Salama (2018), submetidos aos efeitos perversos da financeirização operada no nível macroeconômico, vemos a lógica da finança prevalecendo sobre a solidariedade nacional, e o mercado sobre o serviço público. A síntese é que a ação resultante das contradições do capital se impõe a qualquer esquema político.

Assim, com a crise política elevada pela crise econômica da década passada, temos assistido, com perplexidade (é verdade que muitos sem nenhuma perplexidade), a evocação ao autoritarismo, o mesmo que se buscou, em passado recente, extirpar da vida política do país. Hoje, restando claro que essa herança não se tornou capítulo passado de nossa história, assistimos a política autoritária



ser recolocada, servida de um quadro de condições econômicas (sobretudo!), políticas e sociais. Essa política vem com uma inflamada defesa à liberdade, embalada por lemas que armam o estofa para sua afirmação. Novamente, não sem resistência, como ocorre no atual momento. Em suma, a conjuntura política vicejada em 2018 sustentou a ascensão da política autoritária, duramente experimentada desde então.

Sucedem a essa ascensão, estratégias visando à afirmação da política autoritária (obviamente, não unânime!) e, no curso dela, a afirmação do governo que a patrocina. Manipular, confundir e dominar tornou-se ordem do dia, razão pela qual é a aparência que conta, de ponta a ponta. Ante essa construção de representações do real, não comportam, porquanto são atacados, a ciência, o pensamento crítico, as concepções progressistas, dentre outros temas e posturas que visem ou possam projetar luz sobre a realidade obscurecida.

Os efeitos disso tudo têm sido largos, com consequências devastadoras, sobretudo em nível político. A síntese de Camila Potyara Pereira (2020), a esse respeito, é bastante elucidativa, quando caracteriza esse contexto como o do olhar iludido e da falsa consciência, lembrando Guy Debord, em *A sociedade do espetáculo*, em que

Mistificações e irrealidades contribuem para o crescimento de uma desconfiança generalizada e brutal, da apartação, das polarizações radicalizadas e do receio de tudo o que é público e coletivo. Dessa maneira, fica fácil cooptar segmentos da população para que defendam ideias que não são suas e que, geralmente, nem sequer lhes beneficiam. Muitas dessas ideias, inclusive, os prejudicam (PEREIRA, 2020, p. 120).

Assim, a nova direita, cujo discurso a partir da segunda metade dos anos 2000 obteve maior dimensão e tornou-se mais radical (CASIMIRO, 2018), angaria apoio, afigurando-se como alternativa à crise estrutural do capital, assim como à



corrupção, à qual estaria imune, porque tem à frente homens de bem e de família, de pulso firme e corretivo, guardiões da conservação dos valores tradicionais.

Uma palavra sobre democracia, nesse mesmo contexto, requer considerar que a íntima relação entre o quadro descrito e o autoritarismo, não a tem como prioridade, ainda que, dissimuladamente, muitos discursos pretendam afirmar o contrário. Tornando-a uma ilusão, um acessório, a participação do povo vai se encolhendo ainda mais. Na expressão cunhada por Saviani, tempos de uma democracia suicida. Afinal, como na sociabilidade capitalista, o espaço da deliberação aberto pela democracia assenta-se na ausência dos mesmos termos no plano econômico, de modo que essa democracia política se faz em paralelo ao seu afastamento do nível das relações de ordem econômica e social (MASCARO, 2013), em períodos de crise a democracia e a cidadania tendem a ser ultrapassadas, de forma episódica ou sistemática, ante a necessidade de conservação das formas sociais (ALMEIDA, 2018).

E o lugar da política social, emoldurada por essa circunstância? Destacamos, como linha de alcance geral, o repúdio à bandeira da universalização na proteção social, no campo da atenção às necessidades humanas (diga-se de passagem, uma forma de pensar que, contraditoriamente, encontra apoio em segmentos vitimados por tais políticas residuais). Isso se faz acompanhar de uma atuação que combina produção de esvaziamento dos movimentos sociais com exaltação ao individualismo, expressão de um investimento na dissipação das possibilidades de organização coletiva, com repercussão na demanda *por e nas* condições de participação. A extinção ou reconfiguração de órgãos colegiados, ocorridas em passado recente, por ato do governo federal brasileiro, ilustram bem essa situação. Ilustram, ainda, conforme observa Mascaro (2013, p. 13), o fato de o aparato institucionalizado do Estado ser expressão do “momento de condensação de relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade”, implantado e funcionando consoante sua relação com as



estruturas de valorização do capital. Ou seja, trata-se de entender esse aparato político pela estrutura da reprodução do capital e, no interior desta, a luta de classes.

3 A CONJUNTURA DA ATUAL EDUCAÇÃO BÁSICA

Sabidamente, há um conjunto expressivo de fatores que, historicamente, têm mantido acesos problemas de grande monta na educação brasileira, frequentemente agravados por sua associação com o despontamento de novos problemas. Portanto, a depender do período que se tenha conta, identificam-se ensaios de enfrentamento a esses problemas, vezes mais, vezes menos potentes.

Sobre o atual contexto, destacamos aqui duas facetas dessa circunstância histórica: a primeira diz respeito ao não enfrentamento, pelo governo federal, de velhos, novos, enfim, dos problemas educacionais do país; a segunda, que não se aparta da primeira, reporta à fabricação de problemas no plano da política educacional pelo próprio governo federal ou com o patrocínio dele, não sem conexão com as circunstâncias abordadas na seção anterior. Ou seja, desviando-se de problemas pulsantes na realidade brasileira, em sua maioria, problemas apontados e analisados por especialistas da área, introduzem-se prioridades fabricadas, desconexas à realidade, que, no fim das contas, têm duplo efeito deletério: elas mesmas se configuram em novos problemas, porque frequentemente são carregadas de marcas regressivas; e, tomando a cena, tornam ainda mais distante o enfrentamento dos reais problemas existentes no país. A consequência imediata é bem conhecida: um fardo que continua a pesar sobre a classe trabalhadora do país.

Ao arrepio das tendências, para referir as formas caracterizadoras do governo da educação deste tempo, em vez da indagação sobre qual política educacional se tem, o que mais se tem dito é sobre o apagamento e o fracasso



dela. São denominações que concordam com desinvestimento, desidratação de pautas caras e elisão de temas afeitos a causas comuns à população brasileira, afinal, essas causas estão na contramão dos interesses dos que se servem dessa inversão do real. No meio disso tudo, a dura experiência da pandemia e de suas dolorosas consequências, deixou ainda mais explícita a gravidade da situação educacional no país, fatidicamente combinada com a radicalização ideológica e a ação errática do governo federal.

Acerca das circunstâncias e acontecimentos no campo da educação, propriamente dito, iniciamos referindo, em sentido geral, a implicação disso tudo ao direito à educação básica – que se quer pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social. Focalizamos, nessa perspectiva, um retrato da dimensão do atendimento educacional nos últimos anos e, em torno dele, de políticas educacionais afins. Nesse aspecto, centramo-nos na questão do investimento público em educação, sabidamente fator fundamental para o asseguramento da universalização da educação básica no país.

Sobre dados que nos permitem um retrato, ainda que breve, do atendimento educacional, trazemos alguns que nos possibilitam, a um só tempo, certo dimensionamento do alcance desse atendimento na educação básica e o que ele que representa quando na interface com o que está perspectivado no atual PNE. Para essa leitura, servimo-nos do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, publicado pelo Inep, em julho de 2022 (BRASIL, 2022).

Vejamos: quanto à meta de atendimento em creche de pelo menos 50% da população de zero a três anos, os dados indicam termos alcançado 37% até 2019, o que representa 3,9 milhões de crianças, isso tendo-se partido de 29,6% no primeiro ano do PNE, o que representa 3,5 milhões de crianças. O quantitativo de 1,4 milhão de crianças nos separa do atingimento da meta, até 2024 e as desigualdades regionais são marcantes. Por exemplo, enquanto no Sul e Sudeste a cobertura ultrapassou 40% em 2019, no Norte não chegou a 19%. Há, ainda,



diferenças acentuadas quando comparadas situações estaduais (SC e SP, por exemplo, são os estados que ultrapassaram a meta de 50% ainda em 2019).

No caso das crianças de 4 e 5 anos, em obrigatoriedade escolar, resta pendente a tarefa da inclusão de 316 mil crianças (dado de 2019) – ou seja, 5,9% nos separam da universalização do atendimento desse segmento, embora a meta fosse fazê-lo até 2016. Se, por um lado, a cada ano tenha ocorrido um pequeno incremento no percentual de crianças atendidas, por exemplo, de 91,5% para 94,1%, entre 2016 e 2019, por outro, o número de crianças atendidas em 2019 foi praticamente o mesmo de 2013, haja vista uma queda no número total de atendidos nessa faixa etária, queda essa cessada a partir de 2018, quando volta a crescer o número total. Todavia, o ritmo de incremento caiu entre 2017 e 2019 (menos de 1 ponto percentual de um ano a outro). Em relação às crianças de 5 anos, dados disponíveis dos anos de 2020 a 2021 evidenciam que a queda foi mais drástica: de 97,5%, em 2019, para 84,9%, em 2021.

A universalização do acesso da população de 6 a 14 anos ao ensino fundamental, perspectivada para até 2024, volta a ser tema preocupante. Embora o percentual esteja próximo ao que dispõe a meta, ao menos duas marcas suscitam atenção: a estagnação do percentual de 98% entre 2018 e 2020; e a queda de 2,1 pontos percentuais, em 2021, ao certo, motivada pela pandemia de Covid-19 e tendo como consequência a ampliação das desigualdades regionais, sobretudo entre o Sudeste e Norte/Nordeste. Isso representa, segundo dados do Inep, um retrocesso de cerca de 10 anos no indicador. O drama envolve mais de um milhão de crianças e jovens fora da escola em 2021, o que corresponde ao dobro do registrado no ano anterior.

Consoante à Meta 3 do PNE, envolvendo a população de 15 a 17 anos, estava posto o objetivo de garantir que, até 2016, ocorresse a universalização do acesso à escola. Acerca disso, o registro é que, em 2021, 4,7 pontos percentuais nos distanciavam da meta que havia sido estimada para ser cumprida há cinco anos.



Sobre a meta de que ao menos 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam frequentando o ensino médio ou possuam a educação completa, esta está distante de ser alcançada. De 76,6% em 2020, o Brasil regrediu para 74,5% em 2021. Portanto, são 10,5 pontos percentuais que nos separam da meta prevista para ser alcançada em 2024. Desigualdades regionais temperam essa problemática: por exemplo, os percentuais, em 2021, ficam entre 68,2, no Norte, e 80,6, no Sudeste. Pesam, ainda, desigualdades entre negros e brancos e por rendimento *per capita*.

A se pensar na construção de respostas a essa realidade, notadamente não construídas nos últimos anos, importa agora verificarmos, a título de mostra do que se convencionou denominar de desinvestimento da educação, alguns traços do quadro orçamentário recente do governo federal. Servimo-nos, agora, de dados do Balanço do Orçamento Geral da União de 2021, construído pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) ([2022]), sem perder de vista que, atualmente, regras fiscais impõem limitação dos gastos públicos, dentre elas a do controvertido teto dos gastos – pela Emenda Constitucional 95, de 2016. De pronto, a conclusão geral que se pode antecipar é a inexistência de um esforço orçamentário visando à redução das desigualdades na educação básica, sabidamente aprofundadas pela pandemia de Covid-19.

Relativamente ao Orçamento da Função Educação, entre 2019 e 2021 houve uma redução de 8 bilhões na execução financeira (passou de 122,75 bilhões para 114,79 bilhões, ainda que os valores autorizados nesses dois anos tenham sido de 141,5 bilhões e 129,87 bilhões, respectivamente) – valores corrigidos pelo IPCA de 2021. Em síntese, entre 2019 e 2021, o valor autorizado encolheu 8,2% e, ainda assim, no interior desse quadro, a execução financeira declinou ano a ano. Para 2022, o valor autorizado para a função Educação foi ainda menor: R\$ 6,2 bilhões a menos que em 2021 e R\$ 18 milhões menor do que o valor autorizado para 2019. No caso do orçamento do Ministério da Educação, a situação não foi menos preocupante: a execução financeira seguiu em declínio no período.



Por fim, uma nota sobre o gasto público em Educação em proporção ao PIB: se entre 2015 e 2016 houve um pequeno aumento (de 5,5% para 5,6%), nos anos seguintes, em fina sintonia com as condições econômicas e políticas do país, assistiu-se a reduções, de modo a termos fechado 2020 com 5,4%. A esse respeito, a síntese conclusiva apresentada pelo Inep, no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (BRASIL, 2022), é suficientemente esclarecedora: diante da estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, com o que a meta intermediária de 7%, prevista para 2019, resultou não cumprida, o atingimento da meta final, de 10% do PIB, até 2024, fica ainda mais distante, porque atravessado por grandes desafios. Acrescentamos: com grande possibilidade de ser mais uma do já amplo conjunto de metas do PNE que restarão pendentes.

Para exemplificar a repercussão dos cortes associada à letargia do governo federal no enfrentamento de questões agudas da realidade educacional, recorreremos a dados da execução financeira relativa a duas ações expressivas da educação básica: transporte escolar e infraestrutura.

No primeiro caso, segundo o balanço do INESC, o orçamento da ação para transporte escolar, do conhecido programa “Caminho da Escola”, perdeu enormemente seus recursos, tendo chegado, em 2022, com 17 milhões, o que representa 3% do que estava autorizado em 2019 para esta ação, mais precisamente, 588,51 milhões, ano em que o atual governo executou menos da metade do valor. Embora a execução financeira em 2021 tenha sido superior às de 2019 e 2020 (331,69 milhões) tratam-se de despesas comprometidas em anos anteriores e, portanto, elas não necessariamente dizem respeito a novos repasses, destacam os analistas do Balanço (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2022).

Também no caso do orçamento da infraestrutura para educação básica, o retrato é de mínimos, a despeito de tantas necessidades das escolas no campo



infraestrutural, sobretudo com o retorno às aulas presenciais. O que se viu, no período de 2019 a 2021, foi uma execução orçamentária concentrada entre cerca de 560 milhões, em 2019 e 2020, e 460 milhões em 2021. Tudo muito inferior ao valor autorizado, embora também este tenha encolhido no período. De 2019 para 2020, por exemplo, o tombo do valor autorizado foi de 1,9 bilhão de reais: passou de 3,17 bilhões, em 2019, para 1,27 milhão em 2020. Em 2020 e 2021 o valor executado correspondeu a menos de 50% do autorizado.

Enfim, trata-se de um cenário educacional desafiador que assumiu traços ainda mais preocupantes nos últimos quatro anos, diante da inação do governo federal, marcada por baixa execução financeira, esta associada a uma severa diminuição orçamentária. Com tamanhos desafios, aos quais se somam tantos outros aqui não examinados e que compõem uma ampla rede de temas, o que se tem assistido, em paralelo, é a atribuição de lugar comum à educação no país, resultando no mencionado duplo movimento: agravamento dos problemas educacionais reais; e geração de outros problemas de grande monta, sobretudo por incidirem agudamente no direito à educação pública de qualidade para todos.

4 POSSIBILIDADES E DESAFIOS FUTUROS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em um contexto de regressão político-social, de que são bem representativas algumas frases de efeito, como “eu quero meu país de volta” e que, contraditoriamente, carregam mensagem de repulsa a formas de solidariedade social, a tendência é termos, no atual momento histórico, maior segurança para referir desafios do que possibilidades. Todavia, considerando que é pela incompatibilidade, pelo antagonismo ao que tem estado posto que se mobiliza a construção de sentido para o que se deseja possuir, é possível dizer que o apontamento de desafios se conecta com o olhar sobre possibilidades.



Então, no que concerne aos desafios propriamente ditos, na seção anterior destacamos o problema da ampliação da distância entre o atendimento realizado e a universalização da educação básica no país. Segue a isso, a progressiva diminuição de condições concretas de enfrentamento desse problema, devida, em grande medida, à redução do orçamento para a área, com o agravante da diminuição do investimento propriamente dito, conforme verificamos em dados da execução financeira dos últimos anos. Mas, como igualmente destacado, estamos nos referindo a uma gama de desafios que atravessam vários domínios do campo educacional, parte reeditada e parte introduzida diante do posicionamento político do governo federal em relação ao setor, de que são exemplos emblemáticos o projeto de educação domiciliar (em tramitação do Senado Federal), a militarização de escolas públicas e a nova Política de Educação Especial, de que dispõe o Decreto n. 10.502/2020, suspenso pelo STF, em caráter liminar.

Na ponta, a desigualdade educacional se faz acompanhar de outras consequências danosas, frequentemente apontadas em estudos da área da Educação: desvalorização dos profissionais da educação; esvaziamento do trabalho docente; privatização na linha do empresariamento da educação; reforço ao dualismo no sistema escolar, representado, por exemplo, pela reforma do Ensino Médio; comprometimento ascendente da autonomia escolar ante a política curricular introduzida com a BNCC e a BNC-Formação, dentre outros.

Enfim, são muitas as urgências quando se trata de salvaguardar e fortalecer a educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social. Ter no horizonte os princípios constitucionais do direito à educação de qualidade, portanto, da garantia do acesso, permanência e conclusão da educação escolar a todas e todos, com efetivo enfrentamento às condições que fomentam desigualdade educacional e social no país, parecem-nos resumir por onde é preciso construir saídas.



Em termos mais específicos dessas urgências, pontuamos, novamente, a questão da dimensão do atendimento educacional no país, em relação à qual é imperativo retomar e levar a sério as metas do atual PNE. Ao certo, também as que comporão o próximo, pois resta evidente que, dada a envergadura do atraso, as metas relacionadas ao atendimento seguirão pendentes de ações que possam materializá-las efetivamente. Nesta toada, o aumento dos investimentos na educação básica constitui elemento indispensável. A baixa execução financeira registrada nos últimos anos motiva o apontamento de outro aspecto fundamental: o compromisso político do governo com a universalização da educação básica, o que passa pelo combate à desigualdade social no país.

Outros desafios são hoje bem percebidos entre nós. Destacamos alguns deles de idêntica urgência e importância:

- a) sessar: o ímpeto controlador da BNCC e sua sintonia com a lógica produtivista do atual modelo de avaliação externa, assim como da reforma do Ensino Médio; a BNCC-Formação; a chamada nova Política Nacional de Educação Especial; o projeto de educação domiciliar para o país; o processo de militarização de escolas públicas;
- b) fortalecer: concretamente o regime de colaboração, a articulação federativa no planejamento educacional brasileiro, incluindo a implementação do Sistema Nacional de Educação, cujo projeto de lei complementar (n. 235/2019) que visa instituí-lo encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, após ter obtido aprovação no Senado; e
- c) elevar em posição de prioridade o compromisso com a formação e valorização dos professores do Brasil, o que passa pelo respeito à autonomia profissional e por condições adequadas de trabalho. Passa, também, pelo fortalecimento da escola pública como espaço democrático e como parte de um projeto educacional radicalmente democrático, especialmente “ante o que hoje, na educação brasileira, ganha evidentes contornos de barbárie” (CÁSSIO, 2019, p. 16).

Para concluir, se esses são alguns desafios a serem superados, é preciso lembrar que este tempo em que eles se põem dependeu, conforme assinalou Luis Felipe Miguel (2018, p. 26), “de um trabalho prévio de demolição da noção de solidariedade social que fundamentava o consenso, existente ao menos da boca



para fora, sobre a necessidade de construir um país mais justo.” Por isso, tomar consciência crítica dessa realidade constitui parte fundamental dos enfrentamentos, em prol de um futuro menos assombrado pelas regressões que temos conhecido no presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, E. S. (ORG.). **O ódio como política**: reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, Edição Extra, nº 120-A, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1-8.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022.

CASIMIRO, F. H. C. As classes dominantes e anova direita no Brasil contemporâneo. *In*: GALLEGO, E. S. (ORG.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

CÁSSIO, F. Apresentação: desbarbarizar a educação. *In*: CÁSSIO, F. (ORG.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 15-21.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A conta do desmonte**: balanço do orçamento geral da União 2021. Brasília, DF: Inesc, 2022.

MASCARO, A. L. **Estado e a forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, E. S. (ORG.). **O ódio como política**: reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

PEREIRA, C. P. Nova Direita, corporocracia e política social. *In*: PEREIRA, P. A. (ORG.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020. p. 119-138.



SALAMA, P. Argentina, Brasil, Venezuela, populismo progressista dos anos 2000. A hora do balanço. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 51, p. 10-45, mai./ago. 2018.

Recebido em: 05-12-2022

Aceito em: 26-04-2023

